

ORÇAMENTO

Receita frustrada

Previsão de IR com dividendos neste ano cai 38,6%, passando para R\$ 17,2 bilhões

» ROSANA HESSEL

A arrecadação com o Imposto de Renda (IR) sobre dividendos deve somar R\$ 17,2 bilhões neste ano, abaixo dos R\$ 28 bilhões previstos inicialmente no Orçamento. A estimativa foi apresentada, ontem, pela Receita Federal durante a divulgação do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. Na ocasião, o governo anunciou a liberação de R\$ 5,7 bilhões dos R\$ 23,6 bilhões de gastos bloqueados no bimestre

anterior com a finalidade de cumprimento da meta fiscal, que prevê superavit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 34,3 bilhões, e piso de déficit zero, que só será cumprido com o abatimento de despesas, como precatórios e gastos emergenciais.

A tributação dos dividendos foi criada para compensar a perda de arrecadação provocada a isenção do Imposto de Renda para contribuintes com renda mensal de até R\$ 5 mil. A nova estimativa, contudo, é 38,6% inferior à anterior. Contudo, no

primeiro semestre, o desempenho da nova fonte de receita ficou aquém do esperado. De janeiro a junho, a arrecadação somou apenas R\$ 2,2 bilhões. A previsão do Fisco é computar outros R\$ 15 bilhões entre este mês até dezembro.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, disse que a projeção para o segundo semestre ainda será acompanhada de perto pelo Fisco. “A expectativa é arrecadar cerca de R\$ 15 bilhões no segundo semestre, totalizando,

aproximadamente, R\$ 17,2 bilhões no ano”, disse Malaquias durante a apresentação do relatório aos jornalistas. O valor representa uma frustração de aproximadamente R\$ 10,8 bilhões em relação à estimativa original.

Apesar da arrecadação abaixo do previsto, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, disse que ainda é cedo para concluir que a estimativa precisará ser revisada e destacou que esse tipo de receita não apresenta comportamento uniforme ao longo do ano. **(Com Agência Brasil)**

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Como valorizar o voto

A pouco mais de dois meses da abertura das urnas, os principais candidatos à Presidência, assim como à Câmara e ao Senado, continuam entretidos em arranjos de bastidor com a caciquia dos partidos e em atacar os adversários imediatos. É muito pouco para o conjunto fabuloso de ações necessárias para a situação em 2027 não abater os iludidos nem confirmar os pessimistas, estes, em maioria, entre os empresários e a classe média remediada.

O país ingressará no próximo ciclo quatrienal com uma combinação singular de conjunturas. Dispostos de ativos relevantes, como base energética diversificada, recursos naturais cobiçados em todo o mundo, mercado interno amplo e posição geopolítica estável.

Mas convivemos com limitações estruturais persistentes, expressas na baixa produtividade, na fragilidade das contas públicas, na elevada complexidade do ambiente de negócios e na dificuldade de coordenação entre Estado, setor produtivo e sistema financeiro.

Esse descompasso entre resultado potencial e desempenho efetivo tornou-se mais evidente nos últimos anos. O crescimento econômico é moderado, com níveis de emprego relativamente elevados, mas com renda disponível pressionada, grau de endividamento recorde das famílias e baixa capacidade de expansão do investimento produtivo.

O resultado é um padrão de crescimento em torno de 2% ao ano que não entrega, de forma consistente, prosperidade e bem-estar.

Ao mesmo tempo, o ambiente internacional passa por transformações profundas. As principais economias do mundo vêm reorganizando suas estratégias de poder pautadas pela integração entre tecnologias de ponta, energia e capacidade produtiva. Combinadas à inteligência artificial (IA) e a novas arquiteturas computacionais, as transformações estão redefinindo a competitividade, deslocando as cadeias produtivas e alterando as formas de organização das empresas e dos Estados.

Esse movimento caracteriza uma transição de regime. A capacidade de gerar, integrar e aplicar conhecimento associado à IA em escala é o novo determinante do crescimento econômico e da geoeconomia. Agora, dê uma pausa e avalie quais candidatos se mostram capazes de conduzir o país neste mundo em mutação. Pensou? Sigamos...

Os movimentos do eleitor

Nesse contexto, mistificado por indicadores econômicos pujantes, como do mercado de trabalho sem vida própria, abordagens centradas exclusivamente em ajuste fiscal se mostram insuficientes. Embora necessárias, tais ações, comuns em anos eleitorais, não alteram a trajetória estrutural da economia. Que é fraca há várias décadas.

Como diz o economista Fernando Montero, “vemos a renda elevada e crescente como grande driver da demanda. Ao mesmo tempo, o custo e a composição do endividamento comprometem um pedaço cada vez maior dessa renda. Se ela não é mais capaz de segurar compromissos e endividamentos em curso, o que virá em seguida?”

Os indicadores apreciados por políticos como prenúncio de votos estão todos eles com sinais de exaustão. Inadimplência é recorde, lista Montero, com aprofundamento do fluxo financeiro negativo do crédito e a piora no mix de dívidas. É o que sustenta o mercado de trabalho aquecido pela acumulação de dívidas e transferências de renda tiradas do orçamento federal cronicamente deficitário tanto no conceito primário (sem juros) quanto nominal, que inclui tudo.

Estes dados estão na raiz dos movimentos tectônicos dos votos, e explicam a eleição de políticos de extrema-direita. Isso é oriundo de quase duas décadas de governos celebrados pela promoção social, e baixa entrega de expansão da riqueza produtiva e dos anseios da classe média emergente, que quer mais e melhor.

Desde 2008, tenta-se conciliar as políticas sociais com um gole de apoio ao investimento sem dar vez à inflação. Isso libera o Banco Central a praticar taxas de juros que esgotam o esforço de renda das pessoas e empresas. Há também aumento de impostos, boa parte dispersa na burocracia cada vez mais autônoma e com o custeio de manutenção do Estado mal gerido e capturado por lobbies.

O empreendedor asfxiado

O ônus dos impostos, das taxas e das contribuições cobrados sem guardar a racionalidade com o tamanho das empresas e o esforço dos gestores, e a recorrência das cobranças de tributos atrasados com juros de mora, multas e correção pela taxa básica da economia (Selic), os juros desproporcionais à capacidade de pagamento dos devedores, compõem o cenário de fundo dos ressentimentos que afloram nas eleições, como agora.

Alguns casos reais de como é difícil empreender e administrar um negócio no Brasil, de pequeno comércio a grandes conglomerados. A lista elucida o subdesenvolvimento e adverte sobre o que mudar. Tome-se uma empresa de serviços com receita mensal de R\$ 100 mil. Pelo impacto em cadeia de sua clientela durante a pandemia, deixou de recolher tributos como Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL), Imposto de Renda e Previdência Social. Ou fazia assim ou não pagava salários e despesas básicas para funcionar.

Em 18 meses, o principal não recolhido, com tributação pelo lucro presumido, ultrapassa R\$ 300 mil. Com multa, correção pela Selic e encargos de cobrança judicial, o fardo pode chegar a R\$ 700 mil. A empresa sobreviveu à crise, preservou empregos e... E passou a trabalhar para uma dívida superior a meio ano de sua receita.

Agora, considere-se uma dívida de capital de giro de R\$ 100 mil, renegociada em 48 parcelas mensais a 2,5% ao mês, compatível com o custo de empresas menores e mais arriscadas. A prestação será de R\$ 3,6 mil e o ônus total alcança R\$ 173 mil, sem contar tarifas, seguros ou encargos anteriores incorporados ao saldo. O crédito para recompor o caixa consome outro caixa durante quatro anos.

Iniquidades e rejeição

A aritmética expõe a ausência da alegada colher de chá, e nenhum candidato trata das agruras de quem gera renda e ousa empreender.

O empresário que perde receita por crise que não provocou, sofre, ao mesmo tempo, a rigidez do Fisco, o preço absurdo do dinheiro e a desconfiança dos bancos. Não se trata de defender perdões aleatórios, mas de distinguir o inadimplente oportunista do que preservou a atividade, os empregos e a própria base tributária.

Candidatos que exaltam o movimento empreendedor sem mencionar a iniquidade dessa engrenagem são mercadores de ilusões. Valorizar o voto implica perguntar quem defende instrumentos concretos para impedir que dificuldade temporária vire condenação definitiva.

O problema não é só dos pequenos. A inquisição da Lava Jato não se importou com a sorte das empreiteiras, que desfrutavam do conceito internacional, estabelecendo punições que deveriam limitar-se aos acionistas e executivos infratores, não às empresas e à capacidade produtiva e excelência em engenharia que elas reuniam.

Se a política for mais atenta, nem digo sensível, vai entender as causas das altas taxas de rejeição dos candidatos, a baixa estima do Congresso e o mau juízo do Judiciário. Basta descer do pedestal e caminhar entre quem constrói a nação. Se a lei distingue as intenções, a cobrança também tem de distinguir as circunstâncias.



SABATINA COM PRÉ-CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Correio Braziliense realizará um dia de entrevistas com os **pré-candidatos à Presidência da República nas eleições de 2026**, dando espaço para que apresentem suas ideias sobre temas de interesse de todos os leitores. Na pauta, assuntos como segurança pública, saúde, educação e economia serão aprofundados com cada participante.

28 DE JULHO, DAS 8H ÀS 20H

Leia o QR Code e saiba mais



Apoio:



Realização:



Produção:

